

# **Políticas de Segurança Pública em Minas Gerais/Brasil: Ciência e Gestão na prevenção à criminalidade**

Márcio Bonesso (GEVAC/PPGS/UFSCar)

## **Ciência e Gestão: Políticas de Segurança Pública**

O objetivo principal deste texto é estabelecer conexões de sentido entre teorias sociais e gestões de políticas de segurança pública, tendo como *locus* de estudo as políticas estaduais de prevenção à criminalidade, aplicadas no interior de Minas Gerais, na cidade de Uberlândia. No período oitentista da redemocratização brasileira, as políticas de segurança pública no Estado mineiro seguiam um tipo de gestão muito comum entre os entes federativos brasileiros: a gestão do gerenciamento de crises<sup>1</sup> (Sapori, 2007 e Soares, 2006). Para conter as taxas de crimes violentos que aumentavam desde a década de 1990, o governo de Minas Gerais criou no ano de 2003 um novo modelo de gerenciamento das políticas de segurança pública baseados em teorias sociais e gestões aplicadas por cientistas sociais pesquisadores do tema. Um dos eixos específicos dessa política foi a de fomentar um conjunto de programas de prevenção à criminalidade.

Como desdobramento específico desse debate, a presente abordagem também pretende realizar um tipo de interpretação que conecta questões gerenciais e teóricas da política de segurança pública estadual as especificidades do planejamento urbano de Uberlândia. Se, por um lado, a visibilidade da criminalidade pobre (Misse, 2011) se tornou comum e habitual no universo midiático e cotidiano da população, por outro, é quase invisível e silencioso o entendimento histórico sobre a origem das localidades e dos parcelamentos das terras urbanas. Como a “cultura da invasão de terras”<sup>2</sup> é

---

<sup>1</sup> Vale mencionar o trabalho do sociólogo Antônio Luiz Paixão e a aplicação das ciências sociais na formação dos oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais fora das academias militares, por volta de 1987/88 através de cursos realizados na Fundação João Pinheiro, como menciona Claudio Beato em entrevista: “das conversas do Paixão e do [coronel] Klinger com parceiros da Fundação João Pinheiro, surgiu a ideia que a polícia deveria ser formada fora das academias de polícia. (...) Você vê que essa coisa que começou em 87/88 e somente 15 anos depois, é que você começou a colher os frutos” (Lima e Ratton, 2011: 285).

<sup>2</sup> Termo muito utilizado pela população que reside na cidade de Uberlândia contrária às ocupações/invasões de loteamentos.

amplamente apontada por essas agências como um das causas da criminalidade oriunda dos setores pobres da população, devido ao agenciamento organizado por certas lideranças que supostamente criaram vários acampamentos cuja população está associada, muitas vezes, aos crimes como consumo e tráfico de drogas, furtos, roubos, estupro e homicídios.

Algumas dessas áreas estão situadas em terras com vários espólios jurídicos, loteadas por imobiliárias irregulares de empresários e advogados que iniciaram os processos contratuais de compra e venda com moradores, mas abandonaram tais transações, deixando os habitantes sem escrituras e sem infraestrutura básica, além dos processos jurídicos sobre os loteamentos abertos e dívidas referentes aos pagamentos de serviços públicos. Indícios de adulterações ou sobreposições nas matrículas dos terrenos, realizadas por empresários e políticos, também são mencionados em regiões que foram ocupadas/invasas e classificadas pela (Seds) Secretaria de Estado e de Defesa Social como áreas de risco.

Se o tomarmos como referência, veremos que tais problemas cada vez mais são reforçados pela fratura entre a situação de extrema visibilidade e sujeição criminal (Misse, 2008) da pobreza e o estado de invisibilidade da riqueza ilegal, pelo ocultamento ou pelos silenciosos processos de incriminação social das populações ricas responsáveis por esses loteamentos. Diante desse contexto urbano, a pesquisa deseja interpretar quais são as ações tomadas pelas políticas de segurança pública no tocante da relação histórica entre planejamento urbano e prevenção à criminalidade.

## **Os Programas de Prevenção à Criminalidade em Minas**

### **Gerais: gestão e ciência**

As discussões acerca de modelos de prevenção à criminalidade são recentes. Segundo Beato e Peixoto (2005) na prática há uma oscilação entre dois polos considerados antagônicos:

Programas e políticas são concebidos num movimento pendular que ora oscila na direção das reformas sociais de grande escala, ora pende para o uso intensivo de estratégias policiais, repressivas e punitivas. Posto dessa maneira, a contradição entre eles se torna visível não obstante engenhosas retóricas que visam a compatibilizá-los. Políticas repressivas supõem

estratégias e programas centrados nas organizações do sistema de justiça criminal, em especial a polícia, que visam a incrementar sua eficiência embora não se saiba muito bem como avaliá-la. Políticas sociais, por sua vez, tem que encarar com clareza a tensão que se coloca entre objetivos que precisam ser universalmente postos, e a necessidade de ações focalizadas a partir de incidência de criminalidade. Contudo, a tensão expressão nessa oposição não tem produzido bons resultados, indicando claramente deficiências de ordem cognitiva que orientam as premissas subjacentes a essas abordagens (Beato e Peixoto, 2005:170).

Com o intuito de articular esses dois polos em seu marco lógico, a gestão das políticas de segurança pública no Estado mineiro fomentou um novo desenho institucional. As ações de prevenção social à criminalidade foram desenhadas por meio de quatro programas<sup>3</sup>: Mediação de Conflitos, Controle de Homicídios Fica Vivo, (Ceapa) Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas e (Presp) Programa de Ressocialização do Egresso do Sistema Prisional. Para a execução dos trabalhos os (NPCs) Núcleos de Prevenção a Criminalidade, mais recentemente renomeados para (CPCs) Centro de Prevenção a Criminalidade<sup>4</sup> são os equipamentos de bases locais e territoriais que servem para a logística das ações dos programas. A base municipal geralmente funciona no centro da cidade e as bases locais são acolhidas dentro dos bairros classificados como áreas de risco.

A articulação desses programas que fomentam redes de proteção social com a repressão qualificada da (PMMG) Polícia Militar/MG foi constituída com o modelo do (Gepar) Grupo Especializado de Policiamento em Área de Risco. Inspirado no (Gepae) Grupo de Policiamento de Áreas Especiais do Rio de Janeiro, o agrupamento mineiro tem como objetivo principal articular estratégias de polícia comunitária, repressão policial e prevenção da criminalidade em favelas e bairros denominados de área de risco, sendo assim, um tipo de policiamento incorporado no planejamento sistêmico de políticas sociais preventivas combinadas com as repressivas.

---

<sup>3</sup> Classificados de forma sistêmica em primários, secundários e terciários os programas estão divididos conforme segue: o Programa Mediação de Conflitos e o Programa Fica Vivo são programas primários, alojados nos CPCs que trabalham com a população classificada de área de risco. Os dois programas possuem um alto vínculo sendo que o Programa Fica Vivo atua na faixa etária juvenil e o Programa Mediação de Conflitos com toda a faixa etária populacional desses territórios. O Ceapa é o programa de caráter secundário por atender pessoas que prestam medidas de penas alternativas ou pecuniárias. O Presp é o programa de caráter terciário cujo objetivo é atender pessoas egressas do sistema prisional, familiares e agregados. Geralmente, o Ceapa e o Presp ficam alojados nos CPCs de base municipal, mas também realizam ações nos CPCs locais.

<sup>4</sup> Um dos objetivos principais das equipes dos CPCs locais é constituir as redes sociais de acessos a serviços básicos para os usuários dos programas. Essas redes são múltiplas, pois são constituídas por cada programa e gestora social abrangendo toda a cidade, sendo que algumas tramitadas nas bases locais dos CPCs são focadas nas localidades denominadas de áreas de risco. Dentre os vários objetivos da constituição dessas redes está a articulação complementar para os usuários acessarem, por meio de encaminhamentos, outros tipos de serviços públicos: jurídicos, educacionais, de saúde, artísticos, etc.

Na metodologia gerencial da segurança pública mineira os diagnósticos sobre o controle do crime possuem como parâmetro classificar certos aglomerados, periferias e favelas com altas taxas de crimes violentos como áreas de risco:

Estudos de segurança pública no mundo inteiro demonstram que **o crime se distribui espacialmente de forma muito desigual**. Sabe-se que determinados lugares vivenciam de forma mais concentrada situações de violência e, principalmente, **as periferias mais pobres são marcadas por maior concentração de processos de criminalização**. Por isso é fundamental, quando da implantação de estratégias de prevenção, conhecer a distribuição espacial das violências e criminalidades, a partir de geoprocessamento e georeferenciamento de informações, que possam orientar estratégias locais de acordo com a realidade sócio-espacial (Leite, 2009: 34).

Para Beato e Peixoto (2005) a explicação ecológica do crime oriunda da escola de Chicago passa por dois eixos sociológicos: 1) as teorias da desordem física; 2) as teorias de desordem social. A primeira faz a conexão de crimes às características físicas das localidades, como prédios degradados, lotes vagos, tais ações criminosas geradoras da desordem física são denominadas como problemas das “janelas quebradas”. Com o passar do tempo sem medidas de controle social e com a desordem instalada as pessoas podem cometer crimes mais sérios. A segunda teoria está calculada na capacidade da população em supervisionar os seus membros, sendo esse controle exercido através de interações sociais exercidos por organizações sociais formais como comitês, clubes, instituições religiosas, ONGs, etc.

Imbuídos desses modelos teóricos aplicativos à intervenção urbana a gestão da segurança pública em Minas Gerais contou com uma boa articulação política. Alguns exemplos bem sucedidos como esse efetivaram articulações mais harmônicas entre tais agências e propiciaram uma “subordinação” normativa das lógicas de gestão aos conhecimentos teóricos e práticos dos cientistas sociais.

## **Capital: Implosão Espacial e o Programa Controle de Homicídios Fica Vivo!**

Um dos programas mais famosos dessa política de prevenção mineira é o Fica Vivo<sup>5</sup>. Planejado com o objetivo de reduzir o número de homicídios nas áreas de risco

---

<sup>5</sup> Inicialmente, com uma nomenclatura que pudesse gerar estigmas para seus usuários, houve por parte dos moradores do aglomerado Morro das Pedras a sugestão do programa se chamar apenas Fica Vivo. Em alguns contextos institucionais o projeto iniciou sobre a alcunha de Programa Controle de Homicídios. Dessa forma, apesar do objetivo geral do projeto ser o de diminuir os homicídios nas áreas de risco, tal

das cidades mineiras mais populosas, foi implementado em 2002, através de um projeto piloto que ocorreu no aglomerado do Morro das Pedras, região metropolitana de Belo Horizonte. Em 2003 foi institucionalizado pela (Seds) Secretária Estadual de Defesa Social de Minas Gerais em outros aglomerados da capital e região metropolitana.

Estudos de Claudio Beato (2005 e 2008) demonstram como o crescimento dos homicídios na capital mineira não ocorreu de maneira homogênea. Se os números absolutos de homicídio da cidade cresceram em mais de 100%, esse crescimento ficou mais concentrado em seis áreas de aglomerados urbanos, sugerindo assim, segundo o pesquisador, um efeito de “implosão” espacial de mortes violentas em Belo Horizonte.

... às taxas de homicídios no Morro das Pedras, nos aglomerados da cidade e nos bairros durante o ano de 2000 a 2005 permite visualizar o impacto do Programa Fica Vivo. É importante ressaltar que o programa foi implantado a partir do mês de agosto de 2002 no aglomerado Morro das Pedras, com o objetivo de reduzir os elevados índices de homicídios nesta área. No que diz respeito às taxas de homicídio nesse local, no período de agosto a dezembro de 2002 (41,91 por 100 mil pessoas) verifica-se uma redução de 25% com relação à taxa de homicídio no mesmo período do ano de 2001 (55,88 por 100 mil pessoas). Ainda é interessante observar o quanto este programa foi impactante na redução das mortes se analisarmos os valores da taxa de homicídios nos dois períodos do ano de 2003, momento em que o programa fica sem uma coordenação ou mesmo sem a continuidade das atividades desenvolvidas a partir da sua implementação. Nesse caso, há um crescimento gradativo das taxas, passando para 48,90 por 100 mil pessoas nos meses de janeiro a julho de 2003 e alcançando a cifra de 55,88 por 100 mil pessoas nos meses de agosto a dezembro desse mesmo ano (Beato: 2008, 84).

Nesse contexto de implantação, o novo desenho burocrático da segurança pública estadual mineira, apesar das especificidades apresentadas, seguia algumas diretrizes discutidas pelo grupo de intelectuais e políticos desenvolvidas ao longo dos governos federais de FHC e Lula (Soares, 2007). Em suma, no tocante das políticas de segurança pública de muitos Estados, como, por exemplo, o de São Paulo; as relações de oposição no campo político partidário entre governos do PT e PSDB não criaram vínculos práticos entre tais governos quando ocupavam entes federativos distintos; no caso de Minas Gerais houve um *vínculo técnico* entre o Estado gerido pelo PSDB e o Governo Federal gerido pelo PT ao realizarem com os entes Municipais parcerias para essa nova gestão da política de segurança pública.

Ademais, para a sistematização das políticas de segurança pública no Estado de Minas Gerais, as proximidades enquanto pesquisadores e gestores intervencionistas,

---

nomenclatura trouxe no início de sua história essas variações, por causa da sua substancial expressividade interpretada por parte da população local.

sobretudo com os gestores/pesquisadores do Rio de Janeiro e as experiências internacionais, propiciaram uma espécie de *fusion* teórico em Minas Gerais: i) tendo como forte influência as propostas cariocas do ISER de criar uma articulação dialética entre eixo da proteção social e da repressão qualificada, com modelos de policiamento, como foi a influência do Gepar/MG pelo Gepae/RJ; ii) criação de um modelo de gestão intervencionista e científica nos moldes da ecologia do crime da Escola de Chicago, baseado em investigações teóricas articulado com criação de diagnósticos e estratégias administrativas de planejamento/execução/monitoramento das ações políticas.

Segundo os gestores dos programas, com resultados estatísticos positivos como a diminuição de certas taxas de criminalidade violenta, como os homicídios, os novos empreendimentos morais do Estado no campo da segurança pública tinham agora o desafio de se ampliar para as maiores cidades interioranas onde os crimes violentos começavam a aumentar.

## **Interior: Políticas Estaduais de Segurança Pública e Dispersão Criminal**

Com uma avaliação inicial positiva os programas de prevenção à criminalidade em Minas Gerais se ampliaram, mas ganharam lenta profusão no interior do Estado. Em 2008, a Seds contava com 21 núcleos de base local, sendo nove em Belo Horizonte, sete na Região Metropolitana e apenas cinco nas demais cidades do interior, Montes Claros, Governador Valadares, Ipatinga e dois na região do Triângulo Mineiro: em Uberlândia e Uberaba.

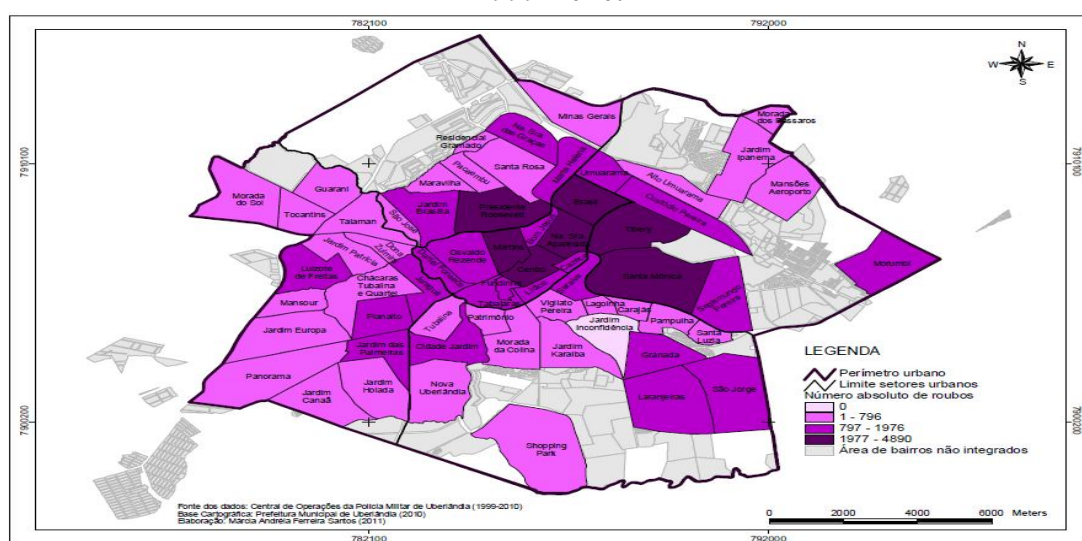
Cabe ressaltar, por outro lado, que a implementação da política estadual de segurança pública concentrou-se em boa medida nos municípios que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Houve uma nítida focalização dos investimentos e projetos nessa região do estado, principalmente no eixo da integração das organizações policiais e da prevenção social da criminalidade (Sapori, 2007:153).

Assim, a concentração na capital e região metropolitana e a implementação homeopática nas cidades interioranas de outras regiões fizeram das políticas de segurança pública ações governamentais assimétricas entre as cidades mais populosas do Estado.

Como desdobramento da metodologia dos diagnósticos da prevenção à criminalidade concebida pela Seds através da criação de um projeto piloto desenvolvido em Belo Horizonte, cuja população em muitas localidades pobres vive em aglomerados com altos índices de adensamento populacional, a plana cidade de Uberlândia possui características geográfica, de planejamento, constituição e ocupação populacional a partir de longos espaçamentos territoriais. Diferente da capital mineira, em Uberlândia os bairros classificados como áreas de risco, localidades que abrigam conjuntos habitacionais e ocupações/invasões, são regiões que ainda possuem grandes áreas vazias, terrenos baldios, áreas sitiadas e pequenas fazendas; geralmente, todos os bairros são planos, possuem acessos fáceis e amplas circulações nas ruas.

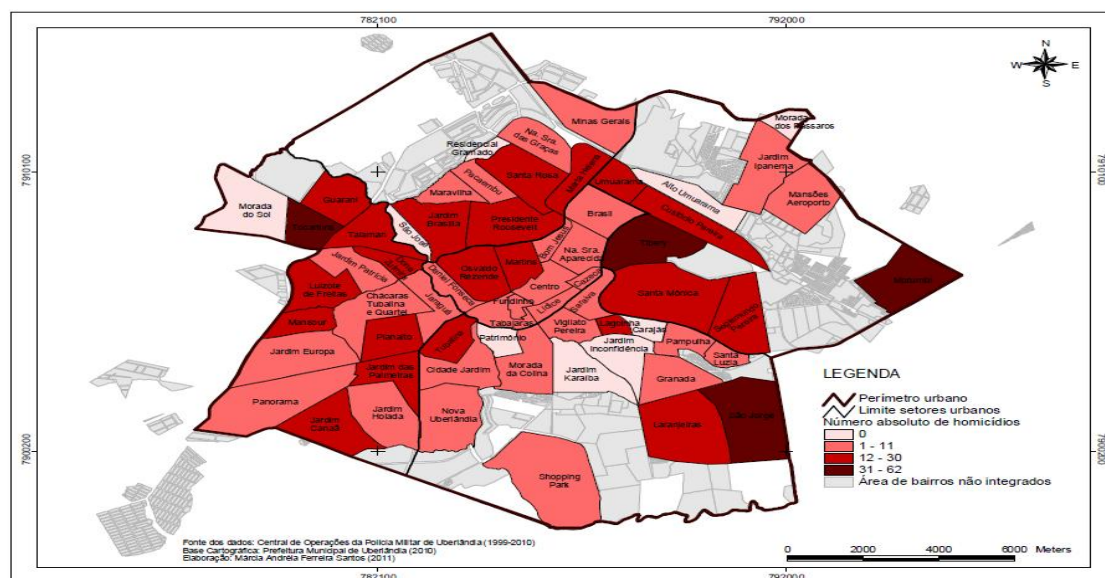
Com esse modelo urbano e geográfico diferente da capital mineira, a cidade não configurou nenhuma região de aglomerados, situadas principalmente em morros ou localidades com muitas barreiras naturais que impeçam os fluxos de transeuntes e de transportes. Apesar de alguns desses bairros ainda não possuírem infraestrutura básica adequada, praticamente todos eles são populosos, alguns com mais de 20 mil habitantes e com boa estruturação primária – água, luz, esgoto e asfalto – mas poucos ou inexistentes equipamentos públicos de lazer. Assim, a distribuição espacial da criminalidade tanto no que envolve o tráfico de drogas quanto tipos de crimes violentos em Uberlândia são bem mais dispersos do que na capital mineira também nos números.

### **Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial dos roubos, em números absolutos: 1999-2010.**



Fonte: SANTOS, 2012:240.

## Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial dos homicídios, em números absolutos: 1999-2010.

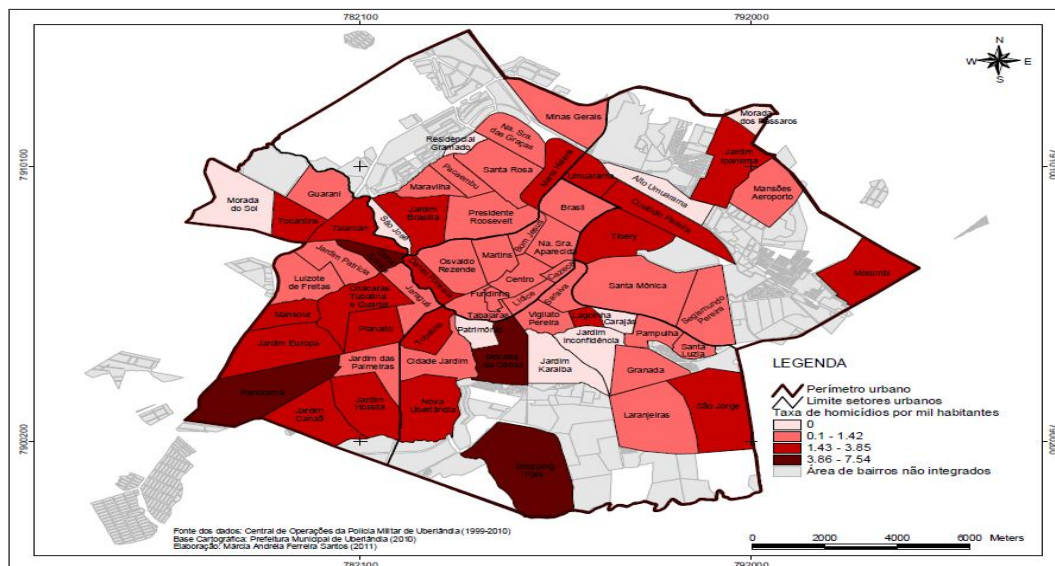


Fonte: SANTOS, 2012:234.

Segundo os dados apresentados entre 1999 até 2010, nos mapas acima, em termos absolutos as ocorrências de homicídios nas regiões e bairros da cidade são diferentes se comparados com os roubos. Se correlacionarmos essas diferenças de localidades que acolhem homicídios ou roubos verifica-se na cidade que os crimes de homicídios ocorreram mais em localidades com menor número de roubos. Outro contraste se apresenta na região central, com maior número de crimes violentos, sobretudo roubos e menor número de homicídios. A única correspondência encontrada foi o bairro Tibery, que possui um alto número de roubos e também de homicídios, apesar de possuir uma taxa de homicídios mediana de 1,79/1000hab.

## Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial da taxa de homicídios, por mil habitantes, considerando a população total do bairro: 1999-2010.





Fonte: SANTOS, 2012:235.

Com a virada do século XXI, alguns bairros da cidade começaram a acolher normativas de grupos que comercializavam drogas ilícitas, dentre outros usos e etiquetas de como proceder “na comunidade”: o principal interdito de conduta era o roubo. Assim, os atos ilícitos de roubo ocorreram nas regiões e bairros centrais com alto fluxo comercial e populacional.

Diferente de Belo Horizonte onde havia concentração de homicídios em seis aglomerados que também possuíam um alto número de roubos, os homicídios em Uberlândia foram pulverizados para vários bairros. Os quatro bairros (Morumbi - 55 homicídios, São Jorge - 62 homicídios, Tocantins - 40 homicídios e Tibery - 38 homicídios) com os maiores números absolutos não correspondem com os quatro bairros com maiores taxas de homicídios considerando mil habitantes (Panorama, Shopping Park, Dona Zulmira e Morada da Colina).

Dos 839 homicídios, 761 casos (90,7%) ocorreram nos bairros integrados, sendo o São Jorge o que apresentou os maiores valores, com 62 registros. Na sequência vieram os bairros Morumbi, com 55 casos, Tocantins com 40 e Tibery com 38. As taxas mais elevadas foram registradas no Panorama (7,54/1000 hab.), Shopping Park (6,27/1000 hab.), Dona Zulmira (6,14/1000 hab.) e Morada da Colina (5,11/1000 hab.). Nos bairros não integrados foram verificados 74 casos de homicídios (9,3%), com destaque no Morada Nova (Santos, 2012:232).

Em termos populacionais os bairros com maiores números absolutos de homicídios possuem uma média de quase 20 mil habitantes. Os quatro bairros seguintes com maiores números absolutos (Jardim Canaã - 30 homicídios, Luizote de Freitas - 29 homicídios, Jardim Brasília - 27 homicídios e Planalto - 26 homicídios) também são

populosos com uma média de mais de 16 mil habitantes. Todavia, dentre esses oito bairros com maiores números absolutos de homicídios, as taxas de homicídios por mil habitantes na maioria deles estão abaixo da média<sup>6</sup> de 2,03/1000hab. O bairro Morumbi é o bairro que possui a maior taxa de 3,40; na sequência o bairro Tocantins com 2,84; São Jorge com 2,49; Jardim Canaã com 1,82; Tibery 1,79; Planalto 1,48; Luizote de Freitas 1,33; e Jardim Brasília 1,14. Se comparados aos bairros com maiores taxas, esses possuem porcentagens baixas.

Neste aspecto a análise estatística na cidade de Uberlândia deve conter uma importante ressalva: a correspondência entre os maiores valores nas taxas de homicídios por mil habitantes com o baixo número populacional da maioria desses bairros. Como o Chácaras Panorama que com apenas 398 habitantes e 3 homicídios obteve a maior taxa de 7,54/1000hab na cidade. O *Shopping Park* com 10 homicídios e uma população de 1535 pessoas teve sua taxa de 6,27/1000hab. O bairro Dona Zulmira teve 22 homicídios em uma população mais expressiva de 3585 obtendo uma taxa de 6,14/1000hab. O quarto bairro é o luxuoso Morada da Colina situado no setor sul, ocorreram 10 homicídios em uma população de 1957 pessoas sendo a taxa de homicídios de 5,11/1000hab.

Se tomarmos as oito maiores taxas de homicídios por mil habitantes, o bairro Lagoinha com uma taxa de 3,85/1000hab computados pelos 19 homicídios ocorridos em uma população de 4939 aparece em quinto lugar e também foge a regra por ter um adensamento populacional um pouco maior, como o bairro Dona Zulmira. Na sequência o bairro Umuarama traz a especificidade de acolher o Hospital da Universidade Federal de Uberlândia, dessa maneira várias ocorrências são registradas no hospital, não correspondendo assim com a dinâmica criminal dos moradores do bairro. Ele obteve a taxa de 3,71/1000hab, houve 13 registros de homicídios e a população do bairro era de 2505. Por fim, os bairros Jardim Europa e Morumbi obtiveram 3,40/1000hab. No Jardim Europa ocorreu apenas 1 homicídio sobre a população de apenas 294 pessoas. E fugindo ao padrão, o bairro Morumbi com a população de 16161 habitantes, foi o único bairro dentre os oito bairros com altas taxas de homicídios com uma população acima de cinco mil habitantes.

---

<sup>6</sup> Média da taxa de homicídios dos oito bairros com maiores números absolutos em Uberlândia.

Como vimos, o bairro Morumbi foi o bairro com maior taxa 3,40/1000hab dentre os bairros populosos que obtiveram os maiores números absolutos de homicídios na cidade. Se somado aos números absolutos de homicídios nos bairros irregulares (Dom Almir, Prosperidade, Joana Darc, São Francisco e Alvorada) do seu entorno, mais 42 homicídios ocorreram nessas periferias do setor leste entre 1999 e 2010, somados aos 55 que ocorreram no bairro. Como a maioria eram bairros irregulares não há dados sobre a população, impossibilitando o cálculo das taxas de homicídios para essas localidades.

De toda forma, com esse conjunto de dados a Seds definiu a região do bairro Morumbi e bairros irregulares do entorno como a primeira *área de risco* da cidade de Uberlândia. Durante período de formação esses bairros acolheram várias instituições supralocais do terceiro setor e de lideranças de moradores que também desejavam criar suas ONGs para colaborar com o bem-estar social e a prevenção à criminalidade.

Em outubro de 2005, a Seds em parceria com a Prefeitura Municipal de Uberlândia e o Instituto Elo realizaram estudos na cidade e implementaram os CPCs: um de base local situado no centro e outro de base territorial contou com a implementação do Programa Controle de Homicídios Fica Vivo e do Gepar na denominada primeira *área de risco* da cidade.

Após dois meses o bairro Jardim Canaã foi o segundo bairro classificado como área de risco. Desde a época da implementação até os dias de hoje, parte da população e dos próprios policiais do Gepar que atuavam no bairro reivindicam um CPC e as oficinas do Programa Fica Vivo na localidade.

Enquanto isso, no outro lado da cidade, na região do Canaã começava a aparecer [mais homicídios]. E começa a aparecer só agora na propaganda da Prefeitura que vai ter um Fica Vivo lá. A sensação que me dá é que está vindo tardiamente. Ainda é legal de ir pra lá? Sim. Mas como um programa de prevenção eu acho que poderia ter ido antes. Mas tem toda uma questão de recursos, de política envolvida que eu não saberia te falar. Mas os usineiros já vinham apontando para isso que havia uma ligação dos meninos do Morumbi com os meninos do Canaã, se falava disso. O próprio Gepar do Canaã, lá já tinha um Gepar há muito tempo, tinha um comandante lá, mas não me lembro o nome dele. E ele chegou a apresentar para a gente, ele chegou lá na equipe técnica, não agendou nada, e falou para a gente: “Eu queria saber como eu faço para comunicar com o pessoal de BH, através de vocês”. Eu fiquei surpresa né, ele veio lá do Canaã para falar com a gente. Ah, eu sou comandante do Gepar de lá, e a gente precisa do Fica Vivo lá. Isso, acho que foi em 2008 que ele teve essa conversa com a gente, a gente ainda estava na sede antiga da Calixto Milken. E ele levou um calhamaço de coisas que ele juntou sabe, tipo querendo comprovar, dados que comprovassem que o Canaã merecia ter uma equipe do Fica Vivo. “A gente precisa da base social lá, que não tem. Tem uma Ong ou outra, mas não tem uma coisa organizada”. E ele já tinha participado de capacitações em BH e veio falando muito bem de lá, que tinha uma orientação metodológica e a distância e ele queria implementar

isso lá e só agora que está chegando, por isso eu acho um pouco tardio em relação ao tempo que o pessoal de lá vinha apontando isso, né.<sup>7</sup>

Na cidade de Uberlândia a classificação das áreas de risco foi se expandindo. Enumeram-se nas quatro regiões da cidade áreas de risco que foram classificadas desdobrando-se ainda para outras localidades. Com exceção do setor leste que acolheu uma base local todos os bairros foram policiados pelo Gepar, mas não desenvolveram o eixo das redes de proteção e prevenção social.

Você tem a companhia e ela tem a responsabilidade territorial. Dentro dessa responsabilidade territorial a gente tem os pontos que a gente chama de zonas quentes de criminalidades – ZQC, que você tem uma incidência maior de certos tipos de crimes. No caso do Fica Vivo ele é implantado onde você tem uma incidência maior de homicídios, de criminalidade contra a vida, por isso o foco foi lá no Morumbi e Dom Almir área de atuação. No entanto a gente tem o Gepar também no Canaã, a gente tem o Gepar também na parte do Campo Alegre, Lagoinha e São Jorge, e tem também num pedaço mais restrito do Marta Helena. Você precisaria do Fica Vivo para complementar a atividade do Gepar, o Fica Vivo ofereceria uma opção para que o adolescente não entrasse na criminalidade. O Estado oferece uma opção para ele não ser alvo da criminalidade. O Gepar de lá [Morumbi] pode se dizer que é o mais beneficiado, pois consegue fazer um serviço mais completo em virtude disso aí.<sup>8</sup>

Apesar do tenente mencionar três regiões da cidade com atuação do Gepar. Na reportagem<sup>9</sup> “Uberlândia não sofrerá cortes no Gepar” o coronel comandante da 9ª Região Polícia Militar (RPM) afirmou na época da notícia que em Uberlândia os trabalhos funcionavam normalmente e que nenhum corte foi anunciado. Segundo o comandante quando foi implantado na cidade, um estudo apontou que seriam necessárias seis equipes para suprir a demanda na cidade. “Os agrupamentos atuam nas áreas dos bairros São Jorge, Morumbi, Dom Almir, Tocantins e Jardim Brasília”, complementa o comandante.

Sendo o Gepar efetivado em várias regiões de Uberlândia, nesse cenário teórico e de gestão do governo estadual na longínqua cidade interiorana percebe-se uma primazia por parte das instituições do governo estadual na repressão com a ampliação das áreas de risco e dos policiamentos do Gepar sem a constituição das redes de proteção social, dos CPCs e dos programas primários de prevenção à criminalidade com base territorial. Na prática foi o policiamento, mas totalmente desvinculado da metodologia preventiva proposta de constituir uma dialética entre as redes de prevenção social e a repressão qualificada. Sem os CPCs, os programas primários e as redes de

---

<sup>7</sup> Entrevista feita com ex-técnica social do Programa Fica Vivo! no dia 12 de setembro de 2013.

<sup>8</sup> Entrevista feita com o Tenente da PMMG, ex-comandante do Gepar, no dia 9 de outubro de 2013.

<sup>9</sup> Reportagem do Jornal Correio, realizada pela repórter Larissa Santos, no dia 27 de março de 2012.

proteção social torna-se difícil a execução do eixo de intervenção estratégica, além da repressão qualificada também ficar parcialmente fraturada pela ausência das equipes sociais e da constituição das redes de proteção social. A repressão qualificada torna-se assim uma repressão meio-qualificada. Passados dez anos do seu início, há apenas um CPC cuja base local foi efetivada na cidade. Como comentou a ex-técnica social do Fica Vivo no momento da entrevista o bairro Jardim Canaã estava recebendo estudos de técnicos sociais para a implementação da segunda base territorial, esperando a Prefeitura realizar o aluguel para se instalar em definitivo no bairro.

Se tomarmos a experiência inicial do CPC local no bairro Morumbi, dentre as dificuldades mais explicitadas em conversas com gestores e técnicos sociais ao trabalho do Programa Fica Vivo, uma muito mencionada foi a sua execução sem a constituição do Programa Mediação de Conflitos, implementado apenas em outubro de 2012. Como os programas de prevenção estão ligados de maneira sistêmica, e os dois programas ainda mais pelas características de prevenção primária, a execução das várias tarefas cotidianas, principalmente dos técnicos sociais poderiam ser divididas. Assim, com a chegada dessa nova equipe, ações de redes são realizadas em conjunto.

Então a política de prevenção à criminalidade não é formada apenas pelo Fica Vivo, tem o Presp, o Ceapa e o Mediação de Conflitos. O Mediação de Conflitos também é de base territorial, lá em Uberaba você encontra o Mediação de Conflitos, aqui a gente tem essa carência. Por uma questão política, acreditava-se que o PISC na época realizava o serviço que o Mediação faz. Depois o PISC vira CRAS e perde esse caráter de mediação. O Mediação de Conflitos vai atender a faixa-etária que o Fica Vivo não atende, são os pais. Que o nosso público é circunscrito, ele é bem circunscrito é território e idade, né. Então, você tem de doze à vinte quatro anos em uma determinada região, acima disso a gente pode acolher, mas não é o nosso foco. O pai de um menino está com problemas com vizinhos, ele pode até vir mas nós vamos encaminhar para o Cras<sup>10</sup>.

Com um quadro de profissionais qualificados entre os técnicos sociais e gestores sociais, alguns inclusive com conhecimentos e experiências de trabalho no campo artístico, incluindo oficinairos com amplas experiências e qualificações (de trabalhos internacionais, mestrado...), o CPC de base local do Morumbi, apesar de algumas dificuldades conseguiu ao longo do tempo fomentar uma série de eventos e ações de prevenção à criminalidade e oficinas voltadas para a esfera produtiva, lúdica, artística e esportiva; além de criar a *Rede Leste*, que apesar de alguns recuos e refluxos ao longo de sua história constitui uma importante rede de ONGs que reúne, discute e fomenta

---

<sup>10</sup> Entrevista realizada em dezembro de 2012.

uma série de ações políticas e culturais nas localidades do setor. Importante ressaltar a constituição mais recente de uma rede de proteção social no bairro Jardim Canaã: a *Rede Oeste* implantada antes mesmo dos programas de prevenção à criminalidade aportarem com uma base territorial no bairro.

É percebido na formação da rede de proteção do setor leste o ocultamento de ações políticas sobre a regulamentação dos bairros irregulares, apesar de reivindicada desde o início das reuniões da rede, nunca fez parte da agenda do CPC e do escopo de atuação dos marcos lógicos das políticas de prevenção à criminalidade. De certa forma, questões que concernem à regularização fundiária de bairros, bem como sua aquisição e transformação em loteamentos urbanos, apesar de muito comuns quase nunca fizeram parte da agenda das agências acadêmicas que pesquisam o tema da criminalidade urbana, segurança pública e das agências de segurança pública.

Mesmo com a diversidade de pesquisas e estratégias governamentais, nas ações criminais no Brasil, tanto de natureza estatística quanto de natureza etnográfica quanto, principalmente, de natureza estatal, verifica-se uma potencialidade de olhares e medidas sobre os tipos de crimes ocorridos nas periferias ou favelas. Grande parte desses trabalhos focam em formulações de organogramas dos chefes de tráfico do morro, números estatísticos de homicídios de bairros pobres, número de prisões de pequenos traficantes de varejo, relacionamento entre tráfico, comunidade (sobretudo de jovens) e de *peixes miúdos* da polícia. Apesar da grande qualidade e da necessidade desses trabalhos para o entendimento da vida urbana brasileira, poucos discutiram organogramas e formações de redes ilegais do tráfico de drogas no atacado, crimes de corrupção estatal, crimes empresariais como fiscais e de colarinho branco ou de corrupção política, obtenção ou implementação de loteamentos irregulares.

De certa forma, o quadro teórico weberiano do homem cordial (Holanda, 1995), traçado na década de 1930, apesar de usado por alguns desses pesquisadores, ficou desprestigiado em relação à delimitação de objetos de pesquisa que estudasse a criminalidade rica da política e dos setores de mercado. Essa seletividade penal da criminalidade pobre percorreu de maneira mais intensa os fluxos processuais das instituições jurídicas e das instituições policiais. Foi intensamente absorvida por programas televisivos, radiofônicos e nos jornais impressos, tornando-se um dos principais filões do mercado de audiência até o momento. Seguindo essa tendência,

percebe-se que os marcos lógicos das políticas de prevenção à criminalidade replicam toda essa construção histórica mais preponderante de um foco mais exclusivo à criminalidade pobre.

## **Tráfico, Criminalidade Pobre e Determinismo Geográfico**

Em Uberlândia, diferente do mencionado por Neves (2009) e Beato (2005 e 2008) sobre a cidade de Belo Horizonte, é difícil afirmar que os bairros considerados áreas de risco possuem como preponderância a sociabilidade violenta oriunda de um tráfico e uso de drogas e um alto número de homicídios, apesar de se constatar que em algumas dessas localidades, como em várias outras não classificadas como área de risco, existem tráficos de drogas militarizados que operam formas de controle social sobre a população dos bairros. Seguindo a tendência das grandes capitais do Sudeste onde o comércio militarizado de drogas ilícitas se concentrou inicialmente nas favelas, periferias e aglomerados, em Uberlândia a correspondência entre maior número de homicídios e apreensão de drogas para o tráfico demonstra os usos e comércios em certos bairros pobres ocorrerem de forma mais violenta do que em outros bairros pobres e comerciais que também possuem fortes incidências de ocorrências. Apesar dessa incidência maior em algumas localidades o que se percebe na cidade é a dispersão dos usos e dos tráficos de drogas como dos homicídios para vários bairros. Vale ressaltar que esse tipo de comércio ilícito é na maioria dos casos um comércio de varejo.

Indícios apontam que a militarização chegou nessas localidades quando os considerados “ladrões de varais” que praticavam furtos e roubos nas residências e nos comércios locais eram expulsos ou mortos a mando das lideranças dos comércios ilícitos, com o duplo objetivo de a polícia fazer menos rondas ostensivas e também de criar condutas morais de controle social do crime sobre a população nas localidades.

Nesse aspecto, as imbricações desse comércio fragmentado em certos bairros, atualmente se relacionam com outro assunto que também já não é mais tabu em rodas de conversas, mas ainda assim, aparece como um espectro que ronda a segurança pública da cidade: é a hipótese da entrada do Primeiro Comando da Capital em algumas

periferias, presídios e penitenciárias da cidade. Nos últimos anos, a mídia impressa<sup>11</sup> e até o blog do Gepar<sup>12</sup> relataram publicamente prisões de criminosos com suposto envolvimento ou portando estatuto do comando paulista<sup>13</sup>.

Em suma, entre esses multifacetados dispositivos de segurança presumem que os vulneráveis à morte violenta são as pessoas com ligações ao consumo e tráfico de drogas, sobretudo jovens e meninos pobres de *bombeta aba reta* que, segunda essa percepção, transitam no mundo do crime oriundos, principalmente dos bairros áreas de risco. Aliás, vários segmentos populacionais associam preventivamente o estilo de vida *hip hop* de jovens das periferias com a criminalidade.

Todavia, tal assertiva não é acionada tão diretamente assim pelas classes média e rica da cidade. Afinal, esses segmentos também se colocam como públicos vulneráveis à criminalidade violenta. Nesse caso, as vulnerabilidades se manifestam no medo de

---

<sup>11</sup> O jornal Correio de Uberlândia publicou nesses últimos anos algumas matérias de supostos envolvimento de criminosos com o PCC na cidade, incluindo um *tag* com a busca da sigla. Dentre elas, a matéria do dia 21/03/2011, intitulada: “Suposto integrante do PCC é Preso”, - relata através do boletim de ocorrência da polícia a prisão de uma quadrilha de integrantes do grupo. Segundo o jornal: “Somente o jovem de 21 anos foi detido por posse ilegal da arma encontrada. Os aparelhos que estava no imóvel foram apreendidos. No boletim de ocorrência, os policiais também relataram que tanto o preso quanto as demais pessoas são integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC), facção criminosa do estado de São Paulo”(Boente, 2011). Na mídia televisiva também houve polêmica, por meio de debates calorosos em telejornais, como que ocorreu no dia 2 de setembro de 2011, no MGTV 1ª Edição, telejornal local da TV Globo. Um analista de segurança, ao afirmar a presença do PCC na cidade, foi apontado na réplica do agente da Polícia Militar, que também participava do debate ao vivo, pela falta de profissionalismo e imaturidade ao se falar de PCC em Uberlândia. Assim, nessa disputa pública de existência e inexistência do comando paulista na cidade, vários relatos de moradores das periferias, técnicos sociais de segurança pública e ex-detentos engrossam as suposições do analista em segurança sobre a atuação do comando paulista em Uberlândia.

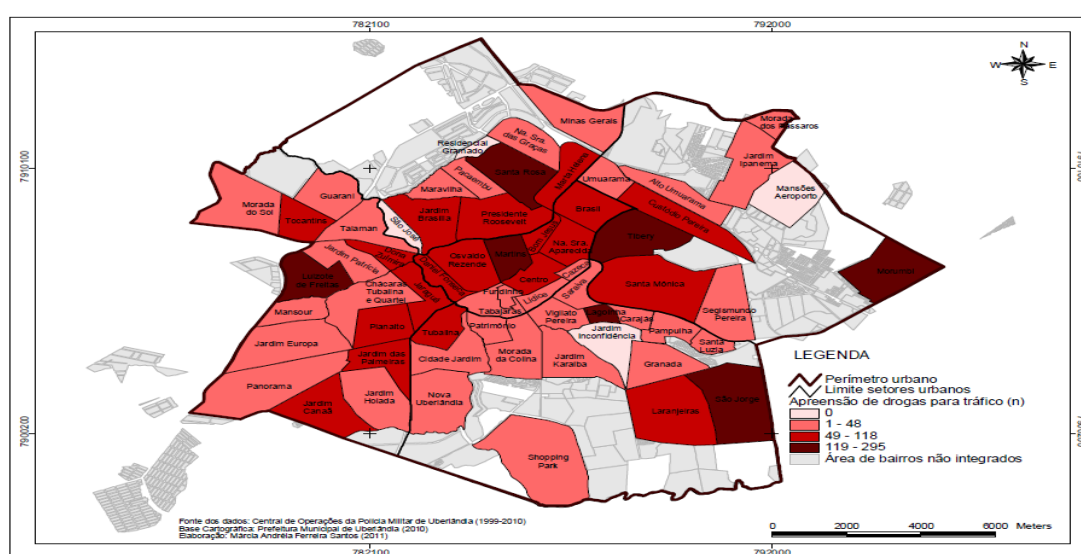
<sup>12</sup> Segundo o blog do GEPAR, há relatos postados no dia 5 de março de 2012, de um suposto criminoso abordado pela guarnição da GEPAR que tinha como plano jogar celulares, colocados dentro de meias, para dentro do Presídio Dr. Jacy de Assis. Durante o relato no blog da guarnição foi encontrado em seus pertences um estatuto do PCC. GEPAR. **GEPAR desmantela plano que levaria celulares para dentro do Presídio**. Disponível em: <<http://www.gepar158cia.blogspot.com.br/2012/03/gepar-desmantela-plano-que-levaria.html>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

<sup>13</sup> Adicionado a esses vários relatos, um passeio pelos bairros de Uberlândia, veremos como alguns muros pichados com siglas como: PCL – Primeiro Comando Lagoinha, PCS – Primeiro Comando Saraiva, PCR – Primeiro Comando Roosevelt, PCT – Primeiro Comando Tibery, PCM – Primeiro Comando Morumbi e PCU – Primeiro Comando Uberlândia. Tais nomenclaturas sugerem uma articulação territorializada local do comércio e serviço de bens ilícitos que corroboram as falas de técnicos sociais, professores e moradores. Com exceção da última – PCU - que sugere um comando unificado e específico para a cidade de Uberlândia. Também é fácil localizar em vários muros de distintos bairros da cidade, a investidura da sigla do PCC – Primeiro Comando da Capital ou do 1533. Mesmo que as pichações não comprovem a veracidade de tais agrupamentos supostamente juvenis, muitos deles são mencionados nos relatos de trabalhadores ou moradores desses bairros. Conjectura-se que esses distintos dispositivos de segurança às margens dos poderes consagrados, ainda muito recentes estão se acomodando na cidade. Não há dados públicos precisos para entender as relações de alianças (harmônicas e/ou conflitivas) entre essas formas de normatização que supostamente acontecem na cidade, apesar de algumas inferências serem feitas.



crimes contra a pessoa quando acessam os espaços públicos das ruas da cidade e no medo de crimes contra patrimônios ocorridos nos ambientes residenciais ou comerciais, tendo ainda no extremo da escala do medo violento e letal os estupros e latrocínios. Com efeito, fica visível em certos bairros classe média e de alto padrão econômico a diminuição do fluxo de moradores nos âmbitos públicos das praças e das ruas, sendo esses locais representados como espaços perigosos, sobretudo para a socialização dos jovens.

### **Cidade de Uberlândia: Distribuição espacial das apreensões de drogas para o tráfico, em números absolutos: 1999-2010.**



Fonte: SANTOS, 2012:251.

Dos seis bairros com maior número de apreensão de drogas para o tráfico no mapa, quatro correspondem aos bairros com maiores números absolutos de homicídios e apenas um com o número absoluto de roubos. Se expandirmos a análise para os bairros que estão na faixa vermelha do mapa, isto é que obtiveram entre 49 e 118 ocorrências de apreensão de drogas verifica-se um maior grau de correspondência entre os bairros periféricos que obtiveram um maior número de homicídios e bairros comerciais que obtiveram um maior número de roubos. Em suma, percebe-se que o escopo do uso e do tráfico de drogas na cidade é amplo englobando de forma mais intensa os bairros periféricos com alto número de homicídios e de forma intensa outros bairros com maior incidência de roubos.

Com efeito, os números computados na estatística de tráfico de drogas contrapõe o imaginário da população, dos jornalistas e, até mesmo, da visão ecológica de

cientistas sociais e dos agentes da segurança pública que interpretam o tráfico e o consumo de drogas ocorrendo apenas em certos bairros de periferias percebidos como os mais violentos. Assim, deve-se avaliar se esses tipos de mensurações e estratégias de controle social pelas agências de segurança pública também podem inculcar sobre as mensurações estatísticas uma propensão determinista geográfica (Boas, 2007), classificando esses bairros em áreas de risco, “territórios do tráfico” ou “anel da criminalidade” e suas populações como marginais.

Nesse contexto uberlandense, os dispositivos repressivos de policiamento de controle social, baseados nesses mapas criminológicos, criaram um ciclo vicioso para as localidades enquadradas como áreas de risco. Apesar da dispersão no mapa, os usos de tais estatísticas criaram na prática um controle do crime específico sobre os bairros classificados como área de risco através de policiamentos que focam na abordagem da apreensão de drogas por tráfico como o Gepar, faces as localidades habitadas e instituições públicas e privadas (como escolas, universidades, bares, boates, festas em repúblicas, eventos em praças públicas, etc.) utilizadas pela população de classe média e alta.

Nesse jogo meio-velado o consumo e, principalmente, o tráfico de drogas nos bairros e instituições de classe média e alta são muitas vezes “invisíveis”. Todavia, nos últimos meses, ações preventivas e repressivas no local conhecido como *Jambolão*, espaço de convivência situado na Universidade Federal de Uberlândia, foram noticiadas diariamente nas impressas e redes sociais. O cativado de um rapaz no local que levou à prisão dos algozes, a repressão mais frequente da Polícia Militar sobre os usuários e demais pessoas que passam pelo local para trabalhar e mencionam o intenso uso de *crack* no espaço. Dessa dinâmica violenta do uso e do tráfico de drogas no varejo, percebe-se um fenômeno mais recente na cidade de Uberlândia: a militarização territorial do tráfico de drogas que no início dos anos 2000, como descrito, apareceu em certas periferias pobres da cidade, adentra agora instituições e bairros residenciais/comerciais de classe média.

Ademais, modelos de governos da segurança pública “colonizados” pelas estratégias criadas nas capitais dos Estados retomam o debate sobre a necessidade de experimentalismos que ultrapassem a primazia do modelo hierárquico estadual sobre os outros entes federativos, principalmente os municipais. Minas Gerais é um bom

exemplo, sendo o Estado brasileiro com maior número de municípios, com vários modelos de cidades e regiões.

Por mais que essa dinâmica da criminalidade pobre, muitas vezes, gerida por um tráfico no varejo militarizado esteja ultrapassando as periferias pobres nas cidades da região do Triângulo Mineiro, vale ressaltar que resultados do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito<sup>14</sup> do ano 2000 demonstraram que o agenciamento do tráfico de drogas no atacado, muitas vezes, ocorre por meio de outras agências que não a do pequeno traficante da periferia. O relatório apresentou acusações sobre pessoas que exercem cargos políticos como o de prefeito e de vários funcionários públicos de dentro do campo da segurança pública. Como demonstra o relatório, bem como operações da (PF) Polícia Federal, indícios da ligação de traficantes favorecidos por policiais civis e militares na pequena cidade de Iturama com o tráfico internacional de drogas eram geridos por supostos gerentes do maior traficante brasileiro da época. A droga chegava de avião no aeroporto de São Francisco de Sales, muitas vezes escoltados por policiais civis. Em outras cidades a mesma dinâmica criminal, denúncias de delegados, investigadores, soldados, empresários, ameaça de policiais civis sobre militares, favorecimento de fugas por parte de delegados são bem maiores se comparadas com acusações de traficantes do varejo. Não apenas as cidades pequenas do pontal do Triângulo, mas também as grandes cidades como Uberaba e Uberlândia são citadas na CPI estadual os agenciamentos ilícitos e violentos de investigadores que possuem fortes relações de alianças em certos bairros considerados área de risco.

Esses mercados da droga no atacado fizeram da região um *locus* de investigação importante por parte dos parlamentares estaduais e nas recentes operações da PF com grandes apreensões de quantidades de drogas através da abordagem de aviões que pousam nas fazendas. Pela forte difusão no interior do Estado paulista da existência da *rota caipira* esse novo *modus operandi* de distribuição aérea da droga também se deslocou para as cidades do Triângulo Mineiro, não apenas para realizar a conexão com o maior traficante brasileiro, situado no Rio de Janeiro, mas também para abastecer as cidades da região e de outros Estados (Peralva, Sinhoretto, Gallo, 2012). Como ressalta as pesquisadoras, os resultados obtidos entre essas conexões citadas pelas pesquisadoras bem como o diversificado volume de apreensões no atacado nas cidades do Triângulo

---

<sup>14</sup> <http://mediaserver.almg.gov.br/acervo/870/713870.pdf>

Mineiro demonstram como não há, no Brasil, um padrão comum de relação entre a economia das drogas e suas conexões com os mercados formais, informais e ilegais; agentes estatais, do setor privado e do terceiro setor.

## Referências

BEATO, C. e PEIXOTO, B. *Há Nada Certo. Políticas Sociais e Crime em Espaços Urbanos*. In Sento-Sé.J.T. **Prevenção da Violência: o papel das cidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BEATO, C. SILVA, B. SILVEIRA, A. *Prevenção de Crimes Urbanos: o Programa Fica Vivo*. in LIMA, R.S. e PAULA, L. **Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo seu papel?** São Paulo: Contexto, 2008.

BOAS, F. **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

BOENTE, F. Suposto integrante do PCC é Preso. **O Correio De Uberlândia**, Uberlândia, 21 mar. 2011. Caderno Cidade & Região, p. A8.

HOLANDA, S.B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIMA. R.S. & RATTON. J.L. (org.) **As Ciências Sociais e os Pioneiros nos estudos sobre crime, violência e Direitos Humanos no Brasil**. São Paulo, FBSP; Urbana, ANPOCS, 2011.

LEITE, F. L. **Prevenção Social à Criminalidade: a experiência de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 2007.

PERALVA, A. SINHORETTO, J. GALLO, F.A. Economia da Droga, instituições e política no Brasil: a CPI do Narcotráfico. in AZAIS,C. KESSLER,G. & TELLES V.S. (Org.). **Ilegalismos, Cidade e Política**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

MISSE, M. **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana**. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. **Acusados e Acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações**. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

NEVES, F. *Manual prático da morte: a dimensão da letalidade juvenil*. in OLIVEIRA, K. B. OLIVEIRA, G. G. **Olhares sobre a prevenção à criminalidade**. Belo Horizonte: Instituto Elo, 2009.

SANTOS. M.A.F. **Criminalidade Violenta e contradições sócio-espaciais na cidade de Uberlândia**. Uberlândia. Tese de Doutorado. Instituto de Geografia da UFU, 2012.

SAPORI, L. F. **Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro. FGV, 2007.

SOARES, L.E. **Segurança tem saída**. Sextante : Rio de Janeiro, 2006.